

# Subcomissão de Defesa não modificada no papel das Forças Armadas

Foto de Sérgio Marques



Fiúza, à esquerda, defende seu anteprojeto, aprovado quase na íntegra

BRASÍLIA — Por 55 vezes, em 56 votações, a maioria da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança negou as emendas que pretendiam alterar o papel Constitucional das Forças Armadas e outros itens do anteprojeto do relator Ricardo Fiúza. A única emenda aprovada foi baseada numa realidade histórica: o serviço aéreo postal foi mantido sob exploração exclusiva da União ou mediante concessão, quando o relator propunha sua transferência à iniciativa privada.

O processo de votação foi definido pelo Deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) como "um jogo de cartas marcadas", não sendo aceitas nem as propostas elaboradas pela Comissão Afonso Arinos, que previam a subordinação das Forças Armadas à integridade da sociedade civil e de seus representantes.

O Presidente da subcomissão, Deputado José Tavares (PMDB-PR), disse que o resultado dos trabalhos não foi uma surpresa e acusou seu partido pelos resultados:

— O PMDB não deu atenção devida à matéria, deixando o relator ser do PFL e não se preocupando em colocar pessoas que conheçam o assunto e que tivessem em vista os compromissos partidários — afirmou.

Segundo ele, houve muito desinteresse por parte dos integrantes de seu partido na subcomissão, a exemplo do Deputado Antônio Pedrosa (PMDB-SP) que não compareceu para votar os destaques do substitutivo, no sábado.

Ao definir o que seja o Estado de Defesa, a ser decretado pelo Presidente da República, "para preservar ou restabelecer em locais determinados, por uma duração não superior a 30 dias — podendo ser prorrogado" o projeto determina que seja prestada a justificativa de sua decretação em 24 horas ao Congresso Nacional, podendo este rejeitá-lo.

Em caso de guerra ou agressão armada estrangeira, como ação grave ou fatos para as quais seja ineficaz o Estado de Defesa, o substitutivo prevê a de-

cretação do Estado de Sítio que, entre outras medidas, poderá definir restrições "à inviolabilidade de correspondência, do sigilo das comunicações ou prestação de informações, à liberdade de imprensa e radiodifusão". Buscando estabelecer valores individuais que estão acima da decretação desses estados de emergência, a Comissão Afonso Arinos elaborou um texto, que foi apresentado como destaque a partir de proposta do Deputado César Maia (PDT-RJ), mas foi também negada sua inclusão.

Ao tratar da seção III, que fala sobre a Segurança Nacional e que determina o papel do Conselho de Segurança Nacional, foram apresentadas várias propostas de destaque, notadamente por parte dos Deputados de "esquerda".

O ponto mais polêmico da votação aconteceu quando começou a ser tratado o papel das Forças Armadas, sendo negada a proposta de criação do Ministério de Defesa, que iria reunir sob um único comando, este subordinado ao Presidente da República, a Marinha,

o Exército e a Aeronáutica. Esta proposta foi combatida pelos representantes das Forças Armadas, porque acreditam que haveria um esvaziamento de seus poderes e da independência de atuação.

O artigo que define o papel das Forças Armadas chegou a receber cinco propostas de destaque, para alteração do texto, com o intuito de evitar o arbítrio, "para submetê-lo ao poder civil", segundo proposta apresentada pelo Deputado Roberto Brandt (PMDB-MG), elaborada a partir de proposta da Comissão Afonso Arinos.

Ao determinar quais os bens da União, o substitutivo assegurou aos Estados, Territórios e à Marinha a participação no resultado da exploração econômica da plataforma continental e do mar territorial, dos recursos minerais que dependam do transporte hidroviário para sua comercialização.

Entre as várias competências da União, ficou determinado que seja responsável pela organização e estruturação da Polícia Federal e a elaboração da legislação sobre os recursos minerais e florestais.

## SEM INOVAÇÕES

### Para ordem interna, o Estado de Defesa

O anteprojeto do Deputado Ricardo Fiúza foi dividido em cinco seções: "Do Estado de Defesa" (I); "Do Estado de Sítio" (II); "Da Segurança Nacional" (III); "Das Forças Armadas" (IV); e "Da Segurança Pública" (V). O único artigo da Seção I, com oito parágrafos, cria no País o "Estado de Defesa". Diz o artigo 1º:

"O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, pode decretar o Estado de Defesa, quando necessário para preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas ou atingidas por calamidades ou perturbações cuja gravidade não exija a decretação do Estado de Sítio". O tempo de duração do Estado de Defesa é de 30 dias.

A Seção II, que trata do Estado de Sítio, não introduz novidades: o Presidente da República poderá decretá-lo em casos de "comoção grave" ou "agressão estrangeira armada".

A Seção III também não inova. Trata apenas do funcionamento do Conselho de Segurança Nacional. A Seção IV é a que trata das Forças Armadas. Grande parte das 240 sugestões de modificações apresentadas diziam respeito a ela: todas foram rejeitadas, até mesmo a que propunha serviço militar obrigatório também para as mulheres.

A Seção V estabelece os papéis da Polícia Federal, das Polícias Militares, dos Corpos de Bombeiros, das Polícias Judiciárias e das Guardas Municipais. Acompanham o anteprojeto sete anexos, um deles mostrando que o Brasil é o País que menos investe no mundo em sua defesa.

## Município poderá fazer sua própria Constituição e criar novos tributos

BRASÍLIA — O anteprojeto que a Subcomissão dos Municípios e Regiões envia hoje à Comissão de Organização do Estado propõe a Constituição Municipal, Conselhos Municipais de Ouvidores para fiscalizar o desempenho da administração e criação de impostos pelos municípios. Determina ainda que Estado e União não concedam benefícios fiscais nem isenções com a parcela dos impostos arrecadados nos municípios. O Relator da Subcomissão, Aloysio Chaves (PFL-PA), defende um federalismo regional que defina os encargos dos municípios e incentive a fiscalização da administração municipal pela comunidade.

Nas disposições gerais do anteprojeto, está escrito que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento sejam integrados pelos Governadores, pre-

sidiados por Ministros de Estado e tenham seus projetos aprovados pelo Congresso Nacional. Incorporação ou criação de municípios só poderão ocorrer por decisão do povo, através de plebiscito referendado pela Assembleia Legislativa do Estado. A Constituição Municipal, a ser votada em dois turnos, deve ser aprovada pela Câmara dos Vereadores.

Se a Comissão de Organização do Estado aprovar o anteprojeto na íntegra, a partir de agora caberá ao Estado organizar as funções legislativas e de fiscalização da Câmara Municipal, bem como julgar a atuação dos Prefeitos e Vereadores. Caberá à Câmara dos Vereadores julgar as propostas de utilização dos orçamentos municipais e fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. O anteprojeto prevê

também a criação do Juizado Municipal de Pequenas Causas.

A fiscalização das contas públicas será gerenciada pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. Municípios com mais de três milhões de habitantes poderão criar seus próprios Tribunais de Contas.

O Presidente da Subcomissão, Deputado Luís Alberto Rodrigues (PMDB-MG), acredita que as propostas são bastante avançadas, mas admite que existe uma tendência conservadora na elaboração da nova Constituição. E explicou:

— Qualquer avanço mexe com a cadeira de alguém, principalmente quando se pretende fazer alterações de natureza estrutural que, muitas vezes, colidem com nossas tradições e formação cultural.

## Anteprojeto de Educação passa sem alterações

BRASÍLIA — Os integrantes das correntes progressista e conservadora saíram satisfeitos da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes — considerando um avanço o texto do relatório aprovado após reunião de 10 horas. O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), Presidente da Subcomissão, está convencido de que as verbas públicas não serão mais gastas no ensino privado. Já o relator João Calmon (PMDB-ES), acredita exatamente no inverso.

Segundo Calmon, ao definir os percentuais das verbas de educação da União, Estados e Municípios, o texto determina que os recursos sejam empregados na "manutenção e desenvolvimento do ensino". Uma emenda do Deputado Hermes Zanetti, acrescentando a palavra "público" foi rejeitada. Por isso Calmon está tranquilo.

Mas esta não é a interpretação de Hermes Zanetti. Para ele, a aprovação de uma outra emenda, de autoria da Deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA), determinando que as verbas públicas sejam destinadas ao ensino público, decidiu o assunto.

Ainda segundo Zanetti, esse expediente prejudicou o artigo 15 defendido por Calmon, que foi retirado do anteprojeto. E a retirada deste artigo, que prometia ser o principal ponto das discussões, ocorreu sem maiores polêmicas porque Calmon, na hora da votação, estava distraído lendo o seu anteprojeto.

Houve consenso na decisão de aumentar os percentuais dos orçamentos da União, Estados e Municípios para a Educação. De acordo com o anteprojeto aprovado, os atuais 13 por cento do orçamento da União para o setor passarão a 18 por cento, e o percentual de 20 por cento, que cabe aos Estados e Municípios, será aumentado para 25 por cento.

A redação final do anteprojeto será votada hoje na Subcomissão às 15 horas.

## Senador não assina relatório que Severo considera um 'besteirol'

BRASÍLIA — Os trabalhos na Subcomissão de Questão Urbana e Transporte terminaram, às 4h da madrugada de ontem, em clima de muita confusão. O Presidente, Senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), negou-se a assinar o anteprojeto do Relator, Deputado José Ulysses de Oliveira (PMDB-MG), a quem acusou de ter negociado votos para aprovar propostas que beneficiarão especuladores imobiliários. "É impossível aprovar um substitutivo confuso, sem estética, marcado de imprecisões, de um conteúdo miseravelmente pobre e que trata a questão urbana de forma equivocada. É um retrocesso", denunciou Dirceu. O Relator da Comissão de Ordem Econô-

mica, Senador Severo Gomes (PMDB-SP), que a partir de hoje examina o relatório, concorda: "É um besteirol".

O Relator reagiu com ironia: — O Dirceu é um bom rapaz, meu colega de Partido, mas está perturbado mentalmente e se aliou à extrema-direita para tentar aprovar sua proposta. Meu Partido está comigo.

Dirceu e José Ulysses brigavam há mais de 15 dias, desde que foi rejeitado um substitutivo do primeiro.

— Ninguém participou da elaboração desse texto, que serve a interesses da extrema-direita — acusou José Ulysses, sustentando que seu anteprojeto foi resultado de três dias

de discussões na Subcomissão.

— Fiz um texto completo, elegante e abrangente e o apresentei para ter respaldo para contestar o texto do relatório — respondeu Dirceu.

De acordo com o Presidente da Subcomissão, o documento dispõe sobre questões que devem ser tratadas pela legislação ordinária. Por exemplo, relaciona os serviços públicos que devem ser desempenhados pelas prefeituras. "Isso é impróprio porque amarra na Constituição o desempenho e a necessidade dos municípios", disse Dirceu, acusando José Ulysses de, em troca dos votos, ter negociado artigos do interesse de cada parlamentar que aprovou o anteprojeto.